

Aos 13 dias do mês de junho do ano de 1996, o Conselho Diretor do COMITESINOS reuniu-se, às 14h e 30min, na sala de reuniões do Centro de Ciências da Saúde, UNISINOS, e a participação dos Conselheiros foi registrada em ata de presenças, anexa. Ao dar início aos trabalhos, o Presidente, Prof. Cláudio Coelho Marques, solicitou que fosse procedida a leitura da ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada sem retificação. Em seguida, fez referência ao baixo quorum da reunião dizendo que a realização do Simpósio de Saneamento Ita10-Brasileiro, em Gramado, provocara a ausência de alguns Conselheiros. Também observou que o Estado do Rio Grande do Sul atravessava um momento bastante importante, na medida em que especialistas internacionais em gerenciamento de recursos hídricos participariam do Seminário Internacional intitulado "Água: Um Bem Esgotável", promovido pela ARDEF e AEBA, nos dias 17 e 18 de junho. Neste sentido, Grassi chamou a atenção dos Conselheiros sobre a oportunidade que estava sendo oferecida aos técnicos e pessoas envolvidas com o processo de efetivação da Lei 10.350/94, ao contarem com a possibilidade de ouvir o depoimento de pessoas que atuavam diretamente na gestão dos recursos hídricos. A vinda de técnicos da França e Alemanha ao Estado oportunizaria o debate, subsidiando com informações a definição de alguns dos instrumentos do gerenciamento previstos no Sistema gaúcho e ainda não normatizados. Além do evento oficial, estavam sendo previstas atividades paralelas onde os Comitês teriam contato mais próximo com tais especialistas. O encontro com as lideranças políticas do Vale dos Sinos e membros do Comitê estava sendo organizado com a colaboração do Prefeito de Estância Velha, Sr. Frederico Leuck, e previsto para o dia 15 de junho. Grassi fez um apelo para que o COMITESINOS fosse representado pelo maior número de Conselheiros possível. Feitos os esclarecimentos, o Presidente anunciou que a proposta de regulamentação do art. 18 da Lei 10.350/94, elaborada por um grupo de trabalho constituído no âmbito da Comissão Consultiva, no qual o Comitê tinha tido representação, havia sido concluída. Neste sentido solicitou que o eng. Grassi fizesse o relato do encaminhamento do trabalho. Grassi esclareceu que a idéia original era a de que o coordenador do Grupo, eng. A. E. Iultesdildursky, fizesse tal relato mas, diante da impossibilidade do mesmo em comparecer na reunião, ele apresentaria o relatório elaborado pelo GT. Assim procedido e prestados os esclarecimentos complementares, o Presidente retomou a palavra, anunciando o próximo tema de discussão previsto na pauta que foi sobre o processo de reconfiguração da composição do Comitê. Solicitou ao Vice-Presidente a condução do debate. Arno informou que o Grupo de Trabalho responsável pela coordenação desse processo vinha tentando desenvolver uma metodologia de trabalho que pudesse ser aplicada para todos os setores que farão parte do Comitê, no sentido de definir tanto o colégio eleitoral de indicação de cada representação como os critérios para escolha de tais representações. Mais uma vez o Comitê, em seu pioneirismo, caminhava a passos lentos e sem muita segurança já que não havia orientação nem regras firmadas para conduzir o assunto. Portanto, os procedimentos aplicados tinham que ser constantemente reavaliados. Segundo Arno, a escolha do setor a ser primeiramente contatado, no caso, as Prefeituras, se dera em função do mesmo ser integralmente identificado. As Prefeituras a serem representadas correspondem respectivamente aos municípios que compõem a bacia hidrográfica do Rio dos Sinos. O colégio de indicação das quatro representações das mesmas é a própria Associação dos Municípios do Vale do Rio dos Sinos. Quanto ao processo de discussão com tal setor, havia sido várias vezes registrada a impropriedade do Comitê interferir diretamente no critério de escolha das representações. Cada setor deverá ter autonomia para se fazer representar segundo uma decisão interna, desde que garantida a legitimidade e a representatividade que o colegiado exige e estabelecido em lei. Por outro lado, é decisão do Grupo de Coordenação, tomar todas as iniciativas capazes de orientar e esclarecer os setores quanto a importância de uma representação que atenda aos interesses de estabelecer-se objetivos de qualidade para o rio dos Sinos e prazos para seu cumprimento. Também, de dar oportunidades iguais de participação a todos os integrantes de um mesmo setor. No exemplo das Prefeituras, que os pequenos municípios tenham as mesmas possibilidades de assento no Comitê quanto os grandes. Neste sentido, Vera Lúcia De C6, da CORSAN, destacou a importância de garantir assento aos Municípios onde se localizam as nascentes do rio, cruciais para a manutenção da qualidade das 6guas. Durante a exposi76o de Arno, foi distribuída aos Conselheiros uma planilha contendo algumas sugest6es de crit6rios a serem aplicados aos demais setores, quando da escolha das representações. A planilha foi analisada pelos Conselheiros, recebendo algumas sugest6es que dever6o ser analisadas individualmente. Feitos os esclarecimentos, Grassi solicitou a palavra para noticiar o encaminhamento dado aos trabalhos desenvolvidos pela Comissão Consultiva, dizendo que a regulamentação do art. 18, assunto apresentado anteriormente, estava recebendo exame jur6dico necess6rio e uma avalia76o no n6vel pol6tico. Quanto ao decreto que normatizava a outorga, este est6 sendo analisado por uma Secretaria de Estado e, sobre o trabalho da di vis6o do Estado em regi6es hidrogr6ficas, Grassi informou que ele n6o ser6 transformado em

Lei, servindo como base referencial para todo o Sistema. Quanto ao sistema de informações hidrológicas, o mesmo está em fase de desenvolvimento. Dadas as informações, o Presidente sugeriu que o novo encontro do Conselho fosse no dia 15 de agosto, oportunizando um período mais prolongado para o desenvolvimento das atividades planejadas. Antes do encerramento da reunião, Vera Lúcia solicitou espaço numa das reuniões do Comitê para que fosse apresentado o diagnóstico preliminar dos mananciais superficiais nos locais de captação para o abastecimento público, operados pela CORSAN. A solicitação de Vera foi acolhida. E, tendo sido tratados todos os assuntos previstos na pauta, a reunião foi encerrada. Não havendo nada mais a constar, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim.